

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
IACS – INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GCI – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

FELIPE DA COSTA FELIX

ARRANJO, DESCRIÇÃO E NORMALIZAÇÃO:

**Resgatando o Fundo Documental da Faculdade
Fluminense de Filosofia de 1946 a 1960**

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI
2009

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
IACS – INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GCI – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

FELIPE DA COSTA FELIX

ARRANJO, DESCRIÇÃO E NORMALIZAÇÃO:

Resgatando o Fundo Documental da Faculdade
Fluminense de Filosofia de 1946 a 1960

NITERÓI
2009

FELIPE DA COSTA FELIX

ARRANJO, DESCRIÇÃO E NORMALIZAÇÃO:

Resgatando o Fundo Documental da Faculdade
Fluminense de Filosofia de 1946 a 1960

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
Fluminense, como requisito para obtenção
do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Professora ROSALE DE MATTOS SOUZA

Niterói
2009

FELIPE DA COSTA FELIX

ARRANJO, DESCRIÇÃO E NORMALIZAÇÃO:

Resgatando o Fundo Documental da Faculdade
Fluminense de Filosofia de 1946 a 1960

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
Fluminense, como requisito para obtenção
do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em de de 2009

BANCA EXAMINADORA

Professora Rosale de Mattos Souza - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professora Gláucia da Rocha Figueiredo
Universidade Federal Fluminense

Professora Lindalva Rosinete Silva Neves
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2009

COSTA FELIX, Felipe da.
ARRANJO, DESCRIÇÃO E NORMALIZAÇÃO:
Resgatando o Fundo Documental da Faculdade
Fluminense de Filosofia de 1946 a 1960.
Felipe da Costa Felix. – Niterói, 2009. 51 f.

Orientadora: Rosale de Mattos Souza.
Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em
Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Artes e Comunicação Social, 2009.
Bibliografia: f. 38-39.

1. Arquivologia. 2. Arranjo e Descrição 3. Faculdade
Fluminense de Filosofia; 4. Norma Nacional de Descrição
Arquivística.
I. Mattos, Rosale. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Artes e Comunicação Social. III. Título.

À minha mãe, Regina da Costa Felix, por ter me ensinado que humildade não é sinônimo de incapacidade e que um sonho, por maior que ele seja, pode tornar-se realidade.

Agradecimentos

A Deus, deveras em primeiro lugar, por me criar, amar, impulsionar, abençoar todos os segmentos da minha vida e ainda prolongar minha existência, tendo em vista todos os meus pecados.

À minha mãe, Regina da Costa Felix, pelas lições de amor e honra, sendo na Terra a minha bateria alcalina.

Ao restante da minha família, que sempre acreditou em meu potencial.

Aos meus colegas da faculdade, trabalho e do estágio efetuado na divisão de arquivos, do núcleo de documentação da UFF, pelo espírito de equipe e bom humor.

À Universidade Federal Fluminense, por me orgulhar com o ensino de excelência em Arquivologia e sempre me acolher de braços abertos.

A todos os meus professores da graduação por fazerem com que informações se tornassem conhecimento.

À banca examinadora, por gentilmente aceitar o meu convite.

Por fim, à minha brilhante orientadora, Rosale de Mattos Souza, por consolidar o meu conhecimento arquivístico, ressaltando a importância das nobres funções de arranjo e descrição no universo dos arquivos que mais me fascinam: os arquivos permanentes.

“Dispor em perfeita ordem é próprio de Deus somente e a ordem é, por si mesma, algo divino.”

Baldassare Bonifacio, 1632, ix¹

¹Trecho retirado do livro documentos públicos e privados: arranjo e descrição. SCHELLENBERG, T.R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Tradução de Manoel A. Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende falar sobre a importância do valor probatório, informativo e histórico da documentação contida nos arquivos permanentes (históricos) para o resgate da memória social, e do ensino no país, observando que tal importância pode passar despercebida pela própria sociedade. Isso é ilustrado a partir do estudo de caso da Divisão de Arquivos - DARQ, do Núcleo de Documentação - NDC, da Universidade Federal Fluminense, mais precisamente do fundo fechado da Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF), o qual necessita ter mais visibilidade por parte dos pesquisadores. Dessa forma, busca-se refletir sobre as funções arquivísticas de arranjo e descrição, bem como de uma política de descrição e de seus instrumentos de pesquisa para uma eficiente recuperação da informação. Para tanto, pretende-se com base no Quadro de Arranjo da FFF, e instrumentos de pesquisa, formular uma descrição arquivística baseada na Norma Nacional de Descrição Arquivística - NOBRADE, e desta forma disponibilizar através das tecnologias da informação o acervo na internet para os mais diversos pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre agências de informação e contribuindo para a divulgação do fundo da FFF em escala nacional e internacional.

Palavras-chave: Arranjo, Descrição, Fundo, Faculdade Fluminense de Filosofia.

ABSTRACT

The present work of course conclusion intends to speak on the importance of the probatory, informative and historical value of the documentation contained in the permanent archives (historical) for the rescue of the social memory, and education in the country, observing that such importance can pass unobserved for the proper society. This is illustrated from the study of case of the Division of Archives - DARQ, of the Nucleus of Documentation NDC, the Of the state of Rio de Janeiro Federal University, more necessarily of deep the closed one of the Of the state of Rio de Janeiro College of Filosofia (FFF), which needs to have more visibility on the part of the researchers. Of this form, one searches to reflect on the arquivísticas functions of arrangement and description, as well as of one politics of description and its instruments of research for an efficient recovery of the information. For in such a way, the Picture of Arrangement of the FFF is intended on the basis of, and research instruments to formulate an established arquivística description in the National Norm of Description Arquivística - NOBRADE, and in such a way to disponibilizar through the technologies of the information the quantity in the Internet for the most diverse researchers, promoting the interchange between information agencies and contributing for the spreading of the deep one of the FFF in national and international scale.

Word-key: Arrangement, Description, Deep, Faculdade Fluminense de Filosofia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ESTADO DA ARTE DO ARRANJO E DA DESCRIÇÃO.....	17
3. POLÍTICA DE DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS.....	25
3.1. INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	25
4. INFORMATIZAÇÃO DO FUNDO DA FFF.....	26
5. NORMAS DE DESCRIÇÃO.....	28
5.1. A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO.....	28
5.2. NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ISAD (G).....	29
5.3. NORMA NACIONAL DE DESCRIÇÃO NOBRADE.....	29
5.4. NORMA INTERNACIONAL PARA ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS ISAAR (CPF).....	32
6. A FFF SEGUNDO A DESCRIÇÃO DA NOBRADE.....	33
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
8. REFERÊNCIAS.....	38
9. ANEXOS.....	40
9.1. QUADRO DE ARRANJO DO FUNDO DA FFF.....	40
9.2. INVENTÁRIO SUMÁRIO DO FUNDO DA FFF.....	41

1. INTRODUÇÃO

No processo de criação dos Arquivos Nacionais a partir do final do Séc. XVIII, com o Arquivo Nacional Francês, e no decorrer da criação dos Estados Nacionais europeus e seus arquivos, surgem alguns preceitos fundamentais para a Arquivologia, tais como o direito do cidadão a ter acesso aos documentos e que é dever do estado a defesa do patrimônio documental da nação.

Durante o segundo momento da Revolução Industrial surgiu o primeiro grande marco da disciplina Arquivística, que foi o Manual de Arranjo e Descrição dos Arquivistas Holandeses, de autoria de Feith, Mueller, e Fruin em 1896.

Com o desenvolvimento da Arquivística, após a Segunda Guerra Mundial, surge nos Estados Unidos a Teoria das Três Idades, que estabeleceu o ciclo de vida dos documentos.

Os arquivos da primeira idade são os chamados Arquivos Correntes, constituídos de documentos de valor primário, administrativos, documentação ligada ao processo decisório governamental. Tal documentação é frequentemente utilizada pelos seus próprios produtores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

À medida que a documentação da primeira idade torna-se menos utilizada no decorrer do processo decisório, tende-se a eliminá-la ou transferi-la temporariamente para a segunda idade, denominada intermediária. A segunda idade é gerenciada pela própria administração produtora, pelos serviços e instituições arquivísticas.

Finalmente, depois de algum tempo na segunda idade, a documentação pode ser utilizada eventualmente pelos organismos produtores e deverá ser recolhida à Terceira Idade - a Permanente, na qual são custodiados os documentos de valor secundário, informativo, e histórico.

“Os arquivos permanentes (...) são a matéria-prima da história. Ali estão documentados direitos e deveres do Estado para com o cidadão e do cidadão para com o Estado: provas e testemunhos que ficarão armazenados. Serão ‘dados’ até que a pesquisa os resgate, transformando-os em ‘informações’, que poderão demonstrar, afinal, como se efetuaram as relações Estado-sociedade, e deles faça a sua análise, síntese, crítica e ‘explicação.’”²

Os Arquivos Permanentes constituem o conjunto de documentos da terceira idade e suas informações diferem, neste momento, daquele inicial, associado ao processo decisório.

Os Arquivos Permanentes são constituídos por documentos que têm sua guarda e acesso pelas instituições arquivísticas justificados pelo seu uso para a pesquisa científica, sua utilização

² BELLOTTO, 2007, p. 25

como fator de testemunho das ações municipais, estaduais e federais e como garantia de direito dos cidadãos.

“Os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e (...) os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica.”³

Os objetivos primários são uma especificidade da documentação arquivística e devem ser considerados da mais vital importância no que diz respeito à sua relação com a tomada de decisão administrativa e sua validade jurídica.

Por outro lado, os objetivos secundários, típicos da documentação permanente, não podem ser esquecidos em função do resgate da memória individual e coletiva.

“Os arquivos precisam ser instituições mais populares do que são, muito mais pessoas podem se deleitar e se beneficiar do conhecimento e uso de arquivos do que atualmente o fazem. Isso só vai criar uma sociedade gradativamente mais instruída e talvez uma sociedade onde as pessoas sejam mais preocupadas com as suas raízes e seu passado.”⁴

Apenas para efeito de comparação, nos dias de hoje podemos notar facilmente que as bibliotecas são muito populares, sendo visitadas por uma gama enorme de usuários à procura de instrução, arte ou entretenimento, o mesmo ocorrendo com os museus.

Embora os objetivos primários dos arquivos não sejam culturais, ao contrário das instituições acima descritas, é de grande relevância que os arquivistas caminhem no sentido de tornar os arquivos mais populares, oferecendo além de provas, cultura, entretenimento e cidadania.

Enquanto custodiadores de documentos e disseminadores da informação, os arquivistas talvez possam por si mesmos dar alguns passos no sentido de aumentar o interesse da população em conhecer o seu passado para esboçar um futuro cada vez melhor.

E enquanto cientistas da informação, os arquivistas devem cada vez mais se aperfeiçoar tecnicamente para levar aos usuários informações documentárias com precisão e eficiência.

Para tanto, o arranjo e a descrição Arquivística mostram-se fundamentais, e é em torno da importância dessas duas atividades técnicas arquivísticas que se ergue o arcabouço teórico do trabalho em questão.

Trata-se de um estudo de caso sobre a situação encontrada no interior da Divisão de Arquivos - DARQ, do Núcleo de Documentação - NDC, da Universidade Federal Fluminense, mais precisamente sobre a descrição do fundo fechado da Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF).

³ BELLOTTO, 2007, p. 38

⁴ EASTWOOD, 2007, p. 18

O Arquivo Central, a princípio denominado Arquivo Geral, foi inaugurado em 19 de setembro de 1985, diretamente subordinado à Direção do Núcleo de Documentação, tendo como diretor à época o professor José Pedro Pinto Esposel.

Sua estrutura inicial era composta pela Seção de Arquivo Intermediário e pela de Seção Arquivo Permanente.

Em 1989, para atender as exigências da documentação corrente de diversos setores, o Arquivo Geral implantou a Seção de Arquivo Corrente, alterando com isso sua estrutura original.

No ano de 1992, o Arquivo Geral foi transferido para um novo espaço, o que possibilitou concretizar os objetivos de suas respectivas funções.

Em 1994 foi criada a Seção de Arquivo Especial, tendo em vista, o recolhimento de documentos não convencionais. Neste mesmo ano, através da Norma de Serviço nº 409, de 30 de março, foi oficializada a alteração de sua denominação, de Arquivo Geral para Arquivo Central.

Hoje o Arquivo Central está estruturado da seguinte forma: Serviço de Arquivo Corrente, Serviço de Arquivo Intermediário, Serviço de Arquivo Permanente (o qual é encarregado do fundo da FFF) e Serviço de Arquivo Especial.

Em 1998 o Arquivo Central passou a estar subordinado à Gerência de Arquivos, que posteriormente passou a ser denominada de Divisão de Arquivos, do NDC, UFF.

Já a Faculdade Fluminense de Filosofia surgiu da iniciativa de um grupo de professores, tomada em Assembléia Geral, realizada em dezembro de 1946, tendo sido constituída para mantê-la uma Sociedade Cooperativa.

O decreto nº 3.604, de 8 de janeiro de 1947, do Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, reconhece a Faculdade Fluminense de Filosofia como de utilidade e concede outros favores para o seu funcionamento, o que se dá efetivamente através do Convênio com a Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Assim, a Faculdade ocupou em 14 de janeiro de 1947 as instalações do Instituto de Educação do Estado (atual Liceu Nilo Peçanha).

Em 24 de abril de 1947, o Decreto nº 22.999, da Presidência da República, autorizou o funcionamento dos cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Pedagogia, Geografia e História.

Em 5 de abril de 1948, através do Parecer nº 66, o Conselho Nacional de Educação opinou pela autorização do funcionamento dos cursos de Matemática e Letras Anglo-germânicas.

O Decreto Presidencial nº 28.680, de 26 de setembro de 1950, autorizou o funcionamento dos cursos de Ciências Sociais e Didática. Neste mesmo ano, colou grau a primeira turma de licenciandos da Faculdade Fluminense de Filosofia.

Em 14 de março de 1951, através do Decreto da Presidência da República nº 29.362 foram reconhecidos os cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Pedagogia, Geografia e História.

E em 8 de junho de 1954, o Decreto Presidencial nº 35.628 reconheceu os cursos de Matemática, Letras Anglo-germânicas e Didática.

Ainda em 1954, a Faculdade Fluminense de Filosofia, com autorização do Governo do Estado, transferiu-se para o prédio do antigo Grupo Escolar Getúlio Vargas, situado à Travessa Manoel Continentino nº 10, onde funciona, atualmente, o Instituto de Educação Prof. Ismael Coutinho.

Nova transferência ocorreu em 1960, passando a Faculdade a ocupar as dependências da Escola Industrial Aurelino Leal, à rua Presidente Pedreira nº 79.

Fato da maior relevância ocorreu, quando, nos termos da Lei Federal nº 3.953, de 20 de dezembro de 1960, a Faculdade Fluminense de Filosofia foi agregada à recém criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ – com o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sendo federalizada e incorporada à UFERJ no ano seguinte, de acordo com a Lei Federal nº 3.953, de 13 de janeiro de 1961.

Em 1965, a Faculdade mudou-se para a sua sede própria, à rua Dr. Celestino nº 78, construída em terreno doado pela municipalidade de Niterói.

Com a reestruturação determinada pelo Decreto 62.414, de 15 de março de 1968, a Universidade passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desmembrada em diversas unidades, entre as quais o Instituto de Letras, que permaneceu na sede, juntamente com a Faculdade de Educação.

Em 1978, o Instituto de Letras foi transferido para o Valonguinho, dividindo um prédio com o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

Em 18 de abril de 1990 o Instituto de Letras mudou-se para o recém criado Campus do Gragoatá, onde permanece até hoje.

Com uma história tão rica, é de suma importância que a FFF esteja bem visível para a sociedade, o que atualmente não acontece.

O arranjo do fundo documental (entendido como a classificação no âmbito dos arquivos permanentes), intelectualmente é bem empregado, com a presença de um quadro de arranjo que retrata a estrutura administrativa da instituição (ver anexo 1).

Já o arranjo físico, relacionado com questões de armazenamento e acondicionamento de material arquivístico, é apenas parcialmente bem efetuado, considerando que caixas arquivo de conteúdo similar ora estão armazenadas horizontalmente, ora verticalmente, dificultando o acesso por parte dos pesquisadores.

A descrição do fundo foi totalmente efetuada por meio de planilhas, que não estão de acordo com a Norma Nacional de Descrição – NOBRADE.

Tal norma, que não pode deixar de estar vinculada a outras normas de descrição como a Norma Internacional de Descrição – ISAD (G) e a Norma Internacional para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF), é pré-requisito fundamental para o fundo da FFF ganhar visibilidade por parte dos pesquisadores em geral. Desta forma, as normas de descrição objetivam padronizar uma linguagem, adaptando-se às peculiaridades de nosso país e contribuindo, assim, para um intercâmbio de informações entre agências de informação.

Uma linguagem comum, de fácil compreensão, torna a pesquisa mais eficiente e assim, o trabalho em questão irá descrever o fundo da FFF de acordo com a NOBRADE.

Já os instrumentos de pesquisa, que se configuram como uma dimensão do trabalho de descrição, dentro de uma política de descrição, que deve ser da descrição do geral para o específico, podem ser encontrados por meio de uma Guia, de um Inventário Sumário, de um Inventário Analítico, de um Catálogo ou de um Índice. Mas, no caso específico da UFF, as consultas ainda são presenciais por parte dos pesquisadores e os instrumentos de pesquisa ainda não estão on-line. Tais instrumentos poderiam e deveriam ser encontrados no website da UFF, mais particularmente no portal do NDC/UFF, de modo a promover a visibilidade do fundo.

O fundo documental da FFF foi totalmente digitalizado, num projeto piloto de digitalização do Arquivo Central/DARQ/NDC, em parceria com o Laboratório de Microfilmagem e Digitalização – LARE/NDC/UFF, no sentido de preservar a documentação original do manuseio dos pesquisadores, e visando futuramente ser disponibilizado na WEB, para consultas on-line.

Todas essas questões serão discutidas no decorrer do trabalho, contribuindo para resgatar a importância social de um conjunto documental arquivístico, que é o fundo da Faculdade Fluminense de Filosofia, que faz parte da história do ensino e das universidades no Brasil.

2. ESTADO DA ARTE DO ARRANJO E DA DESCRIÇÃO

No que diz respeito ao Arranjo e a Descrição, buscou-se no arcabouço teórico a identificação e a análise comparativa dos principais autores da Arquivologia e formas de pensamento que trataram dessas atividades técnicas.

Ainda hoje, não há um consenso entre os autores sobre o conceito de arranjo. Melhor ainda: não há unanimidade entre os mesmos para diferenciar arranjo de classificação.

“A classificação corresponderia às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos”. Enquanto o arranjo “englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente.”⁵

Entretanto, a mesma autora reconhece que nos dois casos o procedimento é o mesmo, isto é: “Definir grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão, no período recoberto pela documentação a ser organizada.”⁶

Temos ainda os dizeres de Heloísa Belloto que evidenciam a polêmica no que diz respeito a empregar ou não, ambos os conceitos: “Na terminologia arquivística brasileira, consagrou-se o uso da palavra ‘arranjo’, evidentemente traduzido do inglês *arrangement*, e que corresponde à classificação nos arquivos correntes.”⁷

A referida autora ainda acrescenta: “O perigo de que os que se iniciam nos estudos arquivísticos pudessem deduzir que arranjo e classificação são operações distintas levou os estudiosos da terminologia arquivística brasileira a considerar que o termo ‘classificação’ deve ser usado para documentos tanto em idade corrente quanto em idade permanente. Entretanto, na prática arquivística brasileira, tem permanecido o uso do vocábulo ‘arranjo’ para designar a organização dos documentos nos arquivos de terceira idade. O importante é que o princípio que norteia a classificação no âmbito dos arquivos correntes – a obediência às atividades e às funções do órgão produtor – não se perca.”⁸

Já o consagrado Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, ao se referir ao Arranjo, tem em sua regra 16, o princípio norteador das demais regras: “O sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu.”⁹

⁵ GONÇALVES, 1998, p. 11

⁶ GONÇALVES, 1998, p. 12

⁷ BELLOTTO, 2007, p. 135

⁸ BELLOTTO, 2007, p. 135-136

⁹ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 44

Assim, classificação e arranjo são comumente confundidos.

Mas é Schellenberg que nos dá subsídios para o porquê da utilização dos dois conceitos: “Os desenvolvimentos e conquistas das técnicas da biblioteca que oferecem particular significação para o presente estudo reportam-se às atividades conhecidas na arquivística como arranjo e descrição. O primeiro, na Biblioteconomia, constitui a classificação, e a segunda, a catalogação.”¹⁰

Em seu livro, *Documentos Públicos e Privados: Arranjo e Descrição*, o autor deixa claro que as metodologias arquivísticas foram largamente desenvolvidas a partir de contribuições biblioteconômicas. Leia-se, por exemplo, o Sistema de Classificação Decimal de Melvil Dewey e a Classificação Expansiva de Charles A. Cutter.

Assim, nos parece coerente entender que o conceito de classificação tenha sido apropriado pela Arquivologia a partir do desenvolvimento da Biblioteconomia enquanto o arranjo tenha sido um conceito empregado pela Arquivística de modo a batizar uma função que se originou da classificação biblioteconômica, mas que está unicamente relacionada ao mundo dos arquivos por conta de certas particularidades essencialmente vinculadas aos documentos arquivísticos e que abrangem tanto procedimentos físicos quanto intelectuais.

Fonseca, ao se referir a Cook, diz: “A teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Ao contrário, é uma mistura de diferentes elementos, superpostos e até contraditórios.”¹¹

E o próprio Cook diz: “A teoria arquivística evoluiu através de amplas fases da história social e as refletiu: do positivismo europeu do século XIX ao ‘administrativismo’ do New Deal americano e, mais recentemente, do macluhanismo centrado na mídia dos anos 1960 ao historicismo pós-moderno. Se reconhecida, essa natureza mutante da teoria arquivística será sua força, e não sua fraqueza.”¹²

Os dizeres desses dois últimos autores instigam o senso crítico dos profissionais da informação no que se refere a modelos pré-estabelecidos de terminologia arquivística.

Desse modo, por não existir um consenso conceitual na literatura, optamos por considerar o termo arranjo como sendo uma atividade técnica voltada exclusivamente para a Arquivologia e que engloba inclusive o próprio conceito de classificação.

Na realidade, com a incidência de ambos os termos (classificação e arranjo), optamos por seguir a linha de raciocínio conceitual de Heloísa Bellotto: “Em síntese, o arranjo (que nada mais

¹⁰ SCHELLENBERG, 1980, p. 8

¹¹ FONSECA, 2005, p. 65

¹² COOK, 1997, p. 26

é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes) é comandado pela estrutura e pelo funcionamento da administração. O arranjo pode ser considerado a acomodação que se faz à classificação efetuada anteriormente, depois das baixas sofridas em decorrência da avaliação.”¹³

Assim, para efeito de entendimento, entendemos o arranjo como uma “reclassificação”, realizada somente no âmbito dos arquivos permanentes.

“O arranjo é uma operação ao mesmo tempo intelectual e material: deve-se organizar os documentos uns em relação aos outros; as séries, umas em relação às outras; os fundos, uns em relação aos outros; dar número de identificação aos documentos; colocá-los em pastas, caixas ou latas; ordená-los nas estantes.”¹⁴

O arranjo pode ser melhor desenvolvido intelectualmente com o planejamento da organização dos documentos que torne a consulta por parte dos usuários a mais simples, ágil, e eficiente possível refletida na organização física e por meio de sistemas notacionais específicos.

E materialmente, há de se optar por uma armazenagem que promova o interesse do pesquisador e preserve a vida útil dos documentos. Os documentos fotográficos, por exemplo, podem ficar dispostos num acondicionamento de papel neutro e transparente, de maneira a proteger as fotos e a instigar a curiosidade dos usuários, ao invés de simplesmente permanecerem ocultas dentro de caixas de papelão.

Em suma, temos que o arranjo e a descrição são atividades arquivísticas que facilitam a representação das funções e atividades institucionais.

Schellenberg diz que: “Nos EUA, as práticas adotadas para o arranjo dos papéis passaram por três estágios nitidamente definidos. No primeiro período, classificaram-se, tanto os papéis públicos quanto os privados, de modo algo semelhante àquele pelo qual se classificavam os materiais das bibliotecas.”¹⁵

O autor separa o arranjo por fases: “O primeiro método de arranjo a apontar-se é o que tem por base os tópicos. Talvez a mais antiga tentativa, e também a mais notável, de classificar os documentos a partir daqueles, se dava a James Barlow Felt (1789-1869), clérigo, antiquário e bibliotecário de Massachusetts.”¹⁶

“Na segunda fase do desenvolvimento das práticas de arranjo nos EUA, reconheceu-se o princípio de proveniência como o preceito orientador da ordenação dos documentos públicos.

¹³ BELLOTTO, 2007, p. 29

¹⁴ BELLOTTO, 2007, p. 139

¹⁵ SCHELLENBERG, 1980, p. 33

¹⁶ SCHELLENBERG, 1980, p. 41

(...). O princípio de proveniência tornou-se conhecido dos arquivistas dos EUA através das suas versões holandesas e francesas.”¹⁷

O princípio da proveniência é um princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma determinada entidade não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras.

“Na terceira fase do desenvolvimento das práticas de arranjo nos EUA, passa-se a aplicar mais larga e profundamente o princípio de proveniência.”¹⁸

É especialmente com base nesse princípio, originário da evolução da arquivística, e tão vital para a organização dos fundos nos arquivos permanentes, que apontaremos vários procedimentos a serem empregados para um adequado arranjo do fundo da FFF.

O arranjo e a descrição se originaram a partir de técnicas empregadas na Biblioteconomia. Ao tentar explicar as origens das duas funções arquivísticas, Schellenberg diz: “Os desenvolvimentos e conquistas das técnicas da biblioteca que oferecem particular significação para o presente estudo reportam-se às atividades conhecidas na arquivística como arranjo e descrição. O primeiro, na Biblioteconomia, constitui a classificação, e a segunda, a catalogação.”¹⁹

A descrição arquivística tem sua origem a partir do desenvolvimento das técnicas de catalogação empregadas pela Biblioteconomia.

O catálogo alfabético por classes e o catálogo dicionário por assunto dos livros (desenvolvido por Charles A. Cutter), são os precursores das atuais técnicas descritivas adotadas pela Arquivologia.

Por conta de algumas singularidades inerentes aos documentos de arquivo (organicidade, unicidade, naturalidade, imparcialidade, inter-relacionamento), era necessário o desenvolvimento de uma nova técnica para a recuperação dos mesmos.

“Aplicado aos materiais documentários, o termo descrição compreende todas as atividades exigidas para a preparação de instrumentos e meios de busca.”²⁰

Típica dos Arquivos Permanentes, a descrição propicia que os usuários tomem conhecimento do conteúdo dos arquivos, estabelecendo uma comunicação direta com os mesmos. Dessa forma, a descrição deve relatar por escrito o conteúdo de um arquivo, espelhando o arranjo.

¹⁷ SCHELLENBERG, 1980, p. 46 e 47

¹⁸ SCHELLENBERG, 1980, p. 52

¹⁹ SCHELLENBERG, 1980, p. 8

²⁰ SCHELLENBERG, 1980, p. 199

“A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acabam por servir de referência para a recuperação da informação –, assim como de outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usem para o mesmo fim. Tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula. Nesses depósitos, para fins de esclarecimento, de informações adicionais e de testemunho ainda decorrentes do uso primário, os instrumentos de busca resumem-se aos próprios planos de classificação, às listas de remessas de papéis, às tabelas de temporalidade e aos quadros gerais de constituição de fundos.”²¹

E de grande relevância que o arquivista faça o seu trabalho de maneira racional, estabelecendo um canal de comunicação descritivo destinado à praticidade para os usuários.

Uma descrição minuciosa do conteúdo de cada documento faz-se necessária, porém de acordo com uma Política de Descrição dos documentos, ou seja, partindo do geral para o específico.

“O que se tem em mira, na descrição do arquivo, é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos.”²²

Por fim, com o aumento das informações contidas no mundo e uma eventual evolução das técnicas descritivas, tem persistido algumas tentativas no que diz respeito à padronização da descrição.

“O que se deve, pois, fazer para elevar a Arquivística ao nível que a Biblioteconomia atingiu? Há dois pontos essenciais, os mesmos que assim já se revelaram quanto a esta última. O primeiro consiste em definir os princípios e técnicas da arquivística; o segundo em normalizá-la.”²³

Desde o final da década de 1980 é objeto de esforços internacionais e do CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ligado à UNESCO, a construção de normas de descrição internacionais para documentos arquivísticos.

Em 1992, surge a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)). Mais adiante, especificamente em 1996, surge outra norma que visa a descrição dos produtores dos documentos, a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)), que possui metodologias já utilizadas na biblioteconomia.

²¹ BELLOTO, 2007, p. 173

²² ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 79

²³ SCHELLENBERG, 1980, p. 72

O órgão que regulamenta a normalização arquivística no Brasil é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que estabelece a política nacional dos arquivos públicos e privados como órgão de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), que é formado por membros do poder público, associações e instituições arquivísticas.

No Brasil, de acordo com a Lei 8.159, que dispõe sobre a Política Nacional dos Arquivos Públicos e Privados, entre outros assuntos consolidou o CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), que é formado por órgãos e representantes do poder público, nas mais diversas esferas de poder, do executivo, do legislativo e do judiciário, associações de classe e instituições arquivísticas.

Para agilizar o funcionamento do CONARQ e do SINAR, foram criadas Câmaras Técnicas e Setoriais, sendo que, entre elas, está a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), criada em 2001, que acompanha os esforços internacionais e estimula a participação da comunidade arquivística brasileira, com a divulgação, levantamento de dados e debates sobre as normas de descrição arquivística.

O CTNDA disponibiliza as versões traduzidas da ISAD(G) e da ISAAR (CPF), promovendo, também, cursos sobre o Encoded Archival Description (EAD). Além dessas iniciativas, o CTNDA elaborou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que estabelece instruções para a descrição de documentos de acordo com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF), adaptadas à realidade do Brasil. Em 2006, foi apresentada a versão preliminar da NOBRADE para consulta pública, com a promoção de encontros e discussões.

Em algumas instituições arquivísticas do Brasil observa-se que já é clara a consciência da necessidade de padronização que facilite o trabalho, aumente o grau da qualidade das atividades realizadas e permitam o intercâmbio de informações, como se pode observar no Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz e no próprio Arquivo Nacional, por exemplo, que utilizam as normas internacionais e participam dos grupos de discussão da NOBRADE.

Mas afinal por que razão as funções e as normas arquivísticas mostram-se tão importantes? Porque se constituem em instrumentos destinados a normalizar padrões, propiciando a consistência e a precisão às atividades arquivísticas, promovendo o resgate do passado em prol do futuro.

“Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de todo tipo. Desse ponto

de vista a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita deve ser tomada tal e qual ela se apresenta. [...] Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária.”²⁴

O fato é que hoje as fontes escritas são predominantes se comparadas às fontes orais.

Com o passar do tempo, a cultura acabou sendo institucionalizada, com o predomínio de lugares de memória, como é o caso dos arquivos.

“Um depósito de arquivos só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] a razão fundamental de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.”²⁵

É interessante refletir que em nosso país, quando a cultura é institucionalizada, a mesma acaba por excluir alguns grupos sociais.

Em sua maioria, os arquivos públicos acabam por salvaguardar atos do Estado e os arquivos privados, atos normativos de instituições particulares.

Já os acervos das bibliotecas são constituídos em sua maior parte por livros didáticos, enciclopédias e literaturas voltadas para públicos mais eruditos.

E mesmo os museus, em suas exposições acabam por abrigar obras complexas de artistas renomados, dificultando a compreensão de boa parte de seus visitantes.

Assim, o cidadão comum acaba se distanciando dos lugares de memória. Para isso ser evitado, seria interessante, a princípio, medidas que tivessem por objetivo modificar este quadro elitista, tais como a implantação de arquivos com fundos retratando personalidades populares, bibliotecas com gibis, gravuras e publicações voltadas tanto para frequentadores letrados quanto para públicos menos “cultos” (adaptando-se à realidade brasileira) e museus de artes populares.

“A cultura como direito do cidadão [envolve] três aspectos: como direito de acesso à informação e de fruição da criação cultural; como direito de produção de obras culturais; e como direito de participação nas decisões de política cultural.”²⁶

Porém, mais importante que remediar é prevenir: para democratizar os lugares de memória, em especial os arquivos, consequentemente contando com o povo para o desenvolvimento de um país, ações educacionais de longo prazo fazem-se necessárias.

A base para o desenvolvimento de um país é a educação, e desse modo, a educação configura-se como um dos alicerces para uma política pública de arquivos ser estabelecida com êxito, democratizando o acesso às informações.

²⁴ POLLAK, 1992, p. 207

²⁵ NORA, 1993, p. 7 e 13

²⁶ CHAUI, 1992, p. 39

A educação envolve todos os atores possíveis (governantes, sociedade civil e arquivistas) e atua no sentido de sistematizar e melhorar as políticas de forma geral, como por exemplo, aproximando as políticas de educação das políticas de informação, envolvendo os arquivos e as bibliotecas no país.

Os arquivistas, com educação de qualidade, só têm a ganhar tratando os usuários de forma eficaz, dialogando com o governo e a sociedade civil em prol da democratização da informação e resgatando a memória com fidedignidade a partir do arranjo e da descrição bem empregados.

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens.”²⁷

Finalmente, podemos dizer que além de um gestor de informações, o arquivista é um guardião da memória social e, dessa forma, o arranjo e a descrição bem empregados são de fundamental importância para os usuários das informações não serem comprometidos com registros incompletos, excessivos e/ou corrompidos.

Por tudo isso, a pesquisa em questão procura a partir da literatura arquivística, analisar qual forma de arranjo e descrição são mais indicados para os usuários, de modo a promover o resgate da memória histórica universitária, e consequentemente, facilitar o acesso aos documentos e informações produzidas e recebidas pela Faculdade Fluminense de Filosofia no decorrer das suas atividades de ensino.

²⁷ LE GOFF, 1994, p. 477

3. POLÍTICA DE DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS

3.1. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para um fundo ganhar visibilidade, faz-se fundamental a utilização de alguns instrumentos de pesquisa, os quais configuram-se como uma das dimensões da descrição arquivística.

Em primeira instância, o instrumento de pesquisa que deve ser elaborado para o reconhecimento do acervo documental e dos serviços de um determinado arquivo como um todo é a Guia.

A guia é uma obra de descrição destinada à orientação dos usuários no conhecimento e na utilização dos fundos que integram o acervo de um arquivo permanente. Trata-se do instrumento de pesquisa mais genérico, fundamental para os fundos ganharem visibilidade.

O arquivo central da UFF possui o seu próprio guia (em fase de elaboração), que é de vital importância para os seus fundos, dentre os quais o fundo fechado da Faculdade Fluminense de Filosofia, terem visibilidade por parte dos pesquisadores.

Todavia, tal visibilidade é apenas parcial, restrita a usuários que visitem a Divisão de Arquivos presencialmente, já que no site da UFF não se encontra nada relacionado aos instrumentos de pesquisa.

Outro instrumento de pesquisa encontrado no arquivo da UFF é o Inventário. Ele é um instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais do fundo documental, onde o fundamental em geral apresenta-se na mesma ordem do arranjo.

Na Arquivologia os inventários estão divididos em inventário analítico, que faz descrições pormenorizadas dos conjuntos documentais e inventário sumário, o qual faz descrições sucintas das unidades de arquivamento dos fundos.

No Divisão de Arquivos da UFF foi encontrado o inventário sumário do fundo da FFF, que traz informações valiosas sobre o acervo da Faculdade de Filosofia. Tal inventário está de acordo com o quadro de arranjo da faculdade, embora o mesmo só possa ser vislumbrado em consultas presenciais, da mesma forma que o Guia.

4. INFORMATIZAÇÃO DO FUNDO DA FFF

A informatização e o uso das tecnologias da informação se constituem em novos desafios para o arquivista. Assim, com procedimentos adequados, que assegurem a fidedignidade e a autenticidade dos documentos arquivísticos, como o respeito ao modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-ARQ), conforme Resolução n.º 20 do CONARQ, que incorpora os documentos eletrônicos na gestão de documentos, a Arquivologia pode e deve fazer uso das novas tecnologias em prol da visibilidade dos mais variados acervos.

O fundo da FFF, por exemplo, conforme mencionado anteriormente, já conta com seu próprio quadro de arranjo e inventário sumário, restando então, dispor os mesmos numa base de dados eletrônica que possa ser acessada on-line pela internet.

Com o objetivo de padronizar o tratamento das informações através de diretrizes internacionais de caráter específico, que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos, a identificação e a descrição documentária da documentação que constitui o acervo do arquivo central da UFF, em especial do fundo da FFF, deveria ser realizada de acordo com os elementos de descrição considerados essenciais pela ISAD(G) e com os padrões de descrição de entidades pessoais e coletivas recomendados pela ISAAR(CPF).

O software livre CDS-ISIS for Windows (WinIsis), versão 1.5, build 3/2003, distribuído sob licença gratuita pela UNESCO, é uma opção interessante para a eventual implantação de uma base de dados eletrônica na Divisão de Arquivos do NDC, da UFF.

O CDS – ISIS é um software livre, avançado, de armazenamento e recuperação de informações não-numéricas desenvolvido pela UNESCO, desde 1985, para atender à necessidade das instituições, especialmente em países em desenvolvimento, utilizarem recursos tecnológicos em suas atividades de processamento da informação. O software foi originalmente desenvolvido para uso em computadores de grande porte, utilizados na década de 60, sendo portanto resultado de muitos anos de experiência no desenvolvimento de softwares para administração de bases de dados.

Organizações ligadas às Nações Unidas, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a FAO/AGRIS utilizam o CDS-ISIS. A UNESCO coleta e difunde 55 bases de dados de informações especializadas, a maioria delas em CDS-ISIS que podem ser pesquisadas pela Web.

No Brasil, há inúmeras instituições públicas usuárias do CDS-ISIS em quase todos os estados. Destacam-se como usuários avançados a CNEN (Comissão Nacional de energia Nuclear), o IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares), o SEBRAE (Serviço

Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde) e o SENAI/DN (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Diretório Nacional).

A interface Web poderá ser exportada para servidor de Internet/Intra-net (Windows, Unix, Linux) ou copiada para CD-ROM.

Dessa forma, a documentação original pode ter a sua vida útil prolongada, a fidedignidade das informações pode ser mantida, a legislação e as normas serão respeitadas e o fundo documental da FFF será amplamente visualizado.

5. NORMAS DE DESCRIÇÃO

5.1. A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO

“Se pretendermos atingir o objetivo de integrar os metadados de múltiplas instituições, precisaremos também de uma arquitetura de informação – normas, estruturas e sistemas de dados – que facilite prontamente o processo. Se cada instituição arquivística fizer sua descrição de forma diferente e armazená-la eletronicamente em sistemas diferentes e incompatíveis, não será possível consolidar os dados de maneira fácil e econômica.”²⁸

As normas configuram-se como modos de ver as coisas, como modelos que atuam no sentido de dinamizar o entendimento e a recuperação de uma determinada informação em larga escala.

Na era eletrônica, é fundamental que as agências de informação estejam em sintonia em termos de suportes e sistemas informatizados, seguindo estruturas digitais em comum, para facilitar o intercâmbio informacional entre uma variedade de instituições.

“Há outro importante argumento para a normalização: ela torna nosso trabalho mais eficiente. Muitos arquivistas, sem dúvida, acreditam que normas criam mais trabalho para nós e, portanto, são mais caras de se implementar do que as práticas locais correntes. Admito que há um custo inicial de tempo para a equipe para aprender as normas e começar a aplicá-las. Entretanto, é minha experiência que uma vez que o arquivista entenda e comece a aplicar as normas, na verdade elas agilizam seu trabalho. Sem normas, sempre surgem dúvidas sobre como resolver questões específicas que aparecem cada vez que um arquivista se depara com um diferente conjunto de documentos. Sem diretrizes, gastamos um tempo improdutivo pensando os vários argumentos: a favor e contra cada possível curso da ação. Com as normas estabelecidas, aquelas reuniões, frequentemente intermináveis, são evitadas.”²⁹

Para ilustrar tal argumento, tomemos o exemplo de um arquivista que elaborou um determinado instrumento de pesquisa fazendo uso da NOBRADE.

Caso o arquivista tenha dúvidas se um dado documento de difícil acesso necessita de restauração, bastará que esse mesmo arquivista consulte o seu instrumento de pesquisa (que respeite à NOBRADE) e visualize nas notas sobre conservação o registro sobre o documento.

Tal medida poderia evitar que o arquivista perdesse um longo tempo na busca por um documento original, frágil e de difícil manipulação, porém em bom estado de conservação, não exigindo necessariamente uma prática de restauração.

²⁸ FOX, 2007, p. 28

²⁹ FOX, 2007, p. 29

5.2. NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ISAD (G)

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados nacionalmente e internacionalmente.

Processos relacionados à descrição podem começar durante ou antes da produção dos documentos e continuam durante toda sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo.

A Norma Internacional de Descrição ISAD(G) estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Ela deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para sua criação.

A ISAD(G) não era conhecida no Brasil. Não havia sido impressa aqui e a única tradução em português era aquela publicada nos Cadernos BAD, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com pequena circulação em nosso país.

A necessidade de participar do processo de revisão impunha, então, como primeira providência, traduzir a norma e divulgá-la o mais amplamente possível.

Com a divulgação, o reconhecimento brasileiro acerca de sua importância foi inevitável. Tal importância é ainda ampliada com o desenvolvimento da informática.

“A importância de um instrumental como a ISAD (G) para a comunidade arquivística é mais evidente quando pensamos nas possibilidades abertas pelo avanço da informática em nível mundial. Para que a troca eletrônica de informações entre os acervos seja satisfatória é necessário que, cada vez mais, os arquivistas comecem a falar a mesma língua. (...). A normalização da descrição arquivística também facilita o acesso às informações do acervo por parte dos mais diversos consulentes.”³⁰

5.3. NORMA NACIONAL DE DESCRIÇÃO NOBRADE

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, tem a sua origem a partir dos subsídios dados com a divulgação da ISAD (G) e da ISAAR (CPF) no Brasil.

Contudo, a NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existiam.

³⁰ LOPEZ, 2002, p. 16

Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional.

Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento.

Ela estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos compatíveis com as normas internacionais em vigor, ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária.

A NOBRADE prevê a existência de oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição. Em relação à ISAD(G), possui mais uma área (área 8) e dois elementos de descrição (6.1 e 8.1), ficando assim constituída:

(1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;

(2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;

(3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;

(4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;

(5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;

(6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;

(7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;

(8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

Todos os elementos de descrição apresentam:

a - título;

b - objetivo;

c - regra(s) geral(is) aplicável(is);

d - comentários, em que são fornecidas informações sobre a importância e o funcionamento do elemento de descrição;

e - procedimentos, que detalham a(s) regra(s) geral(is);

f - exemplos ilustrativos de maneiras de uso do elemento e de interpretação de sua(s) regra(s).

O número que antecede os títulos dos elementos de descrição tem apenas objetivo de referência, não devendo ser visto como integrante da norma em si.

Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios, a saber:

- código de referência;
- título;
- data(s);
- nível de descrição;
- dimensão e suporte;
- nome(s) do(s) produtor(es);
- condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Esta norma deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas.

Três apêndices a esta norma visam sua melhor compreensão pelos usuários: o Apêndice A, com apresentação de modelos de arranjo de um fundo; o Apêndice B, demonstrando graficamente as relações possíveis entre registros de descrição e de autoridade arquivística; e o Apêndice C, com exemplos integrais de uso da norma em mais de um nível de um fundo/coleção.

5.4. NORMA INTERNACIONAL PARA ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS ISAAR (CPF)

A criação de registros de autoridade pela Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF), possibilita o controle das entradas de entidades coletivas, pessoas e famílias, permitindo tanto a identificação de fundos fracionados entre diversas instituições, como também o próprio rastreamento de temas ligados a essas entidades coletivas, pessoas e famílias em fundos diversos de variados arquivos.

Os termos associados à ISAAR (CPF) são os seguintes:

- Catálogo de autoridade (*authority file*) - conjunto organizado de registros de autoridade;
- Controle de autoridade (*authority control*) - controle de termos normalizados, incluindo nomes próprios (de pessoas físicas ou jurídicas e geográficos), utilizados como pontos de acesso;
- Dados de autoridade (*authority data*) - informação em um registro de autoridade ou em um arquivo de autoridade;
- Entrada de autoridade (*authority entry*) - ponto de acesso normalizado estabelecido pela instituição arquivística responsável;
- Ponto de acesso (*access point*) - nome, palavra-chave, entrada de índice, pelo qual uma descrição possa ser pesquisada, identificada ou recuperada;
- Registro de autoridade (*authority record*) - uma entrada de autoridade combinada com outros elementos de informação que descreve a entidade (entidade coletiva, pessoa ou família) e que pode remeter a outras entradas de autoridade.

6. A FFF SEGUNDO A DESCRIÇÃO DA NOBRADE

1. Área de identificação

1.1. Código de referência	BR UFF/DARQ/SAP
1.2. Título	Fundo da Faculdade Fluminense de Filosofia
1.3. Data(s)	1946-1960
1.4. Nível de descrição	(1) Fundo
1.5. Dimensão e suporte	Textuais 0,5 metros lineares; Bibliográficos 0,10 metros lineares; 270 Dossiês (dados não atualizados)

2. Área de contextualização

2.1. Nome(s) do(s) produtor(es)	Faculdade Fluminense de Filosofia
2.2. História administrativa/Biografia	<p>A Faculdade Fluminense de Filosofia, também chamada de FFF, é uma extinta instituição privada de ensino superior da cidade de Niterói, antiga capital do antigo Estado do Rio de Janeiro. Ela foi agregada em 1960 à recém-criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ, nome anterior da Universidade Federal Fluminense), e federalizada em 1961. Suas instalações até 1966 ficavam junto ao educandário público, onde atualmente está instalado o Colégio Estadual Aurelino Leal, na rua Presidente Pedreira, no bairro do Ingá. Nessa data foram adquiridos para sede própria os edifícios da seção masculina do tradicional educandário Ginásio Bittencourt Silva, na rua Lara Vilela, onde atualmente está instalado o Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS-UFF). No fim da década de 1960 a FFF foi desmembrada em várias unidades universitárias constituindo a Faculdade de Educação da UFF (FEUFF), o Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF (IACS-UFF), o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF (ICHF-UFF) e o Instituto de Letras da UFF (IL-UFF)</p>
2.3. História arquivística	<p>A documentação da extinta Faculdade Fluminense de Filosofia foi recolhida ao Arquivo Central da Universidade Federal Fluminense no final da década de 1980</p>
2.4. Procedência	<p>Da Faculdade Fluminense de Filosofia, devido à extinção da mesma</p>

3. Área de conteúdo e estrutura

3.1. Âmbito e conteúdo

A documentação vai desde o surgimento da FFF em 1946, até a sua extinção, no final de 1960. O fundo é baseado na antiga estrutura administrativa da FFF e suas séries foram organizadas a partir da função e tipologia documental. Há palavras-chave que demonstram o conteúdo do fundo, tais como ‘dossiês de alunos’ e ‘atas de reunião’

3.2. Avaliação, eliminação e temporalidade

Não houve

3.3. Incorporações

Não houve

3.4. Sistema de arranjo

Funcional

4. Área de condições de acesso e uso

4.1. Condições de acesso

Acesso restrito somente quanto aos dossiês de alunos

4.2. Condições de reprodução

Os documentos podem ser reproduzidos através de cópias digitalizadas

4.3. Idioma

Português

4.4. Características físicas e requisitos técnicos

Documentos textuais e fotográficos

4.5. Instrumentos de pesquisa

Guia do Arquivo Central da UFF (em fase de desenvolvimento), Inventário Sumário da FFF, meio eletrônico – arranjo documental digitalizado

5. Área de fontes relacionadas

5.1. Existência e localização dos originais

270 dossiês originais acondicionados em caixas arquivo, as quais encontram-se armazenadas em estantes de aço, no terceiro andar do Arquivo Central da UFF

5.2. Existência e localização de cópias

No meio digital

5.3. Unidades de descrição relacionadas

Nos documentos dos cursos de Letras, História, Geografia, Matemática, Física e outros cursos que passaram a ter seus documentos produzidos na UFERJ, atual UFF

5.4. Nota sobre publicação

VIEIRA, José Ribas. *A Universidade Federal Fluminense: de um projeto adiado à sua consolidação institucional*. Rio de Janeiro:

6. Área de notas

6.1. Notas sobre conservação

Documentos em regular estado de conservação

6.2. Notas gerais

Parte da documentação não foi identificada

7. Área de controle da descrição

7.1. Nota do arquivista

O fundo da FFF foi organizado tendo em vista o princípio arquivístico de respeito aos fundos

7.2. Regras ou convenções

Dado não-disponível

7.3. Data(s) da(s) descrição(ões)

Fevereiro-dezembro de 2008

8. Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1. Pontos de acesso e indexação de assuntos

Termos significativos do fundo documental, tais como: História, Geografia, Matemática, Física, Diretórios acadêmicos, etc

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arranjo e a descrição se constituem em funções arquivísticas que tendem a remontar as antigas estruturas administrativas, as funções e atividades dos órgãos produtores de documentos, comprovando fatos e propiciando o resgate de cunho administrativo, histórico, cultural e científico para os mais diversos segmentos de pesquisadores.

Nesse contexto, a representação documentária arquivística e os instrumentos de pesquisa configuram-se como o produto final da descrição arquivística, sendo os mesmos, um canal de comunicação entre os pesquisadores e o acervo.

Destaca-se que diante dos desafios impostos pelas tecnologias da informação na política de descrição, não basta que os instrumentos de pesquisa se dêem de forma estática no papel, ficando restritos somente a usuários que visitem arquivos presencialmente, mas que ganhem novos contornos e que possam estar disponíveis nos sites institucionais arquivísticos.

Na realidade, para um fundo como o da FFF e mesmo um arquivo como um todo, como a Divisão de Arquivos do NDC da UFF ganhar visibilidade, faz-se fundamental ampliar os espaços e serviços oferecidos aos usuários, e que os instrumentos de pesquisa estejam disponíveis virtualmente por meio da internet.

Em suporte papel (analógico) ou no meio digital ou na web, antes de tudo, no que diz respeito aos instrumentos de pesquisa, o primeiro a ser elaborado deve ser o Guia, instrumento mais genérico que conta a história do arquivo, dos fundos contidos no arquivo e que assiste os usuários, desde os mais leigos aos mais experientes a se familiarizar com todos os serviços disponíveis num arquivo.

Num segundo momento, para o caso específico dos fundos, um inventário deve ser elaborado, pois o mesmo faz com que os pesquisadores visualizem as especificidades de cada fundo documental, em geral de maneira sucinta ou mais pormenorizada, instigando a pesquisa histórica ou científica.

Os outros instrumentos de pesquisa, tais como os catálogos, os repertórios, e os índices podem ser deixados para um segundo momento na política de descrição, pois os mesmos tendem a remontar itens documentais, exigindo enorme esforço e tempo dos profissionais da informação no refinamento de uma pesquisa.

O Fundo da FFF sem dúvida alguma é um dos mais antigos e importantes de toda a UFF, pois remonta a sua origem, tendo valor histórico, informativo e acima de tudo probatório.

O fundo da FFF descrito pelo arquivista de acordo com a NOBRADE e a ISAAR (CPF) será disponibilizado com maior eficiência através de meio eletrônico, seguindo todos os padrões

normativos, tecnológicos e legais de descrição. Assim, o fundo ganhará notória visibilidade por parte dos mais diversos pesquisadores do Brasil e do mundo.

Outra vantagem dessa descrição será o intercâmbio entre agências de informação, que poderá ser efetuado naturalmente com o respeito aos princípios arquivísticos, jurídicos e informáticos de segurança.

Portanto, a memória social do ensino superior no Brasil poderá ser resgatada e divulgada amplamente, contribuindo para o desenvolvimento da sua identidade coletiva.

8. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Política cultural, cultura política e patrimônio histórico*. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 39.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*. 2. ed., Lisboa, Portugal: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. 79 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Norma e Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: 2006.

COOK, Terry. *What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift*. *Archivaria*, v. 43, Spring, 1997.

EASTWOOD, Terry; THOMASSEN, Theo. *Debate entre Terry Eastwood e Theo Thomassen*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivo & Administração, v. 6, n. 2, jul./dez. 2007.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOX, Michael. *Por que precisamos de normas*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 23-30, jan/dez 2007.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GOUGET, Alba Gisele; MONTEIRO, Beatriz Moreira; SANTOS, Cristina Ruth et all. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

JÚNIOR, Inaldo Barbosa Marinho; SILVA, Junia Guimarães e. *Arquivos e informação: uma parceria promissora*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivo & Administração, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 64 p.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Arquivos pessoais e documentos digitais – Uma reflexão em torno de contradições*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivo & Administração, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

SAMPAIO, Maria da Penha Franco; BRANCO, Maria do Socorro; LONGHI, Patrícia. *Autos da memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal*. Rio de Janeiro, RJ. NDC, 2006.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos – princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

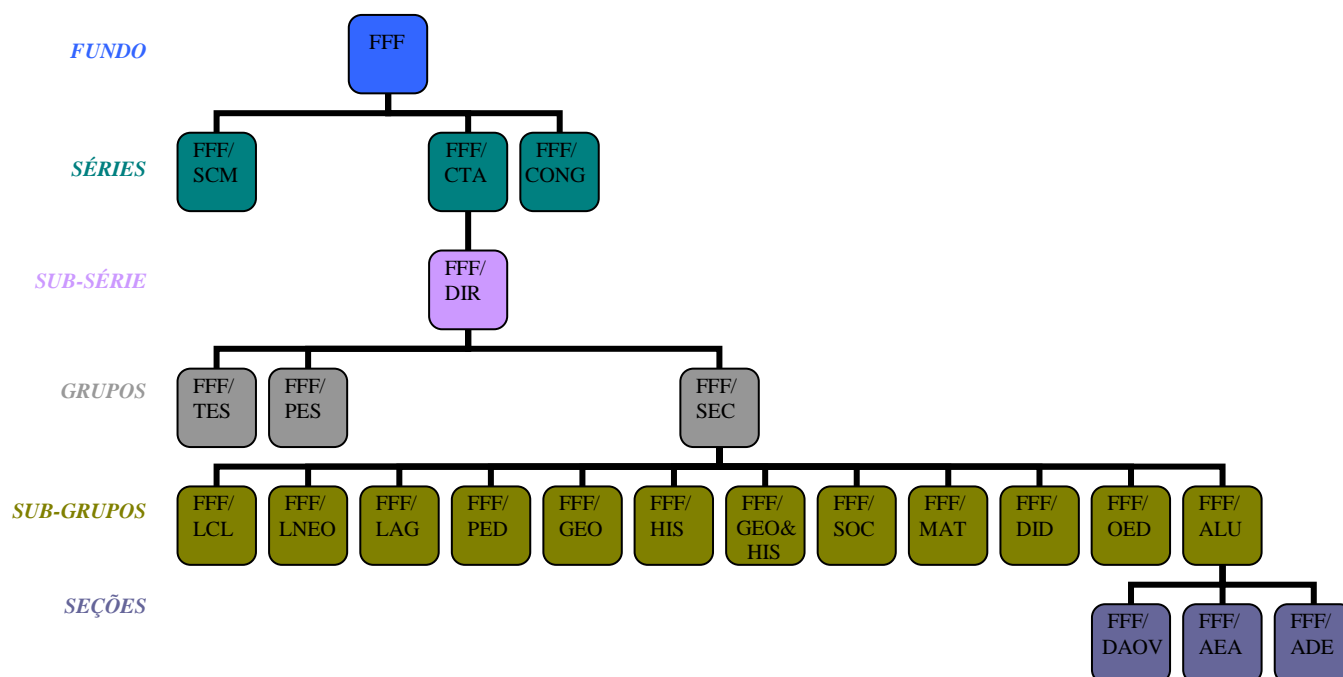
SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Trad. Manoel A. Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense – EdUFF, 6ª Edição, 2003.

VIEIRA, José Ribas. *A Universidade Federal Fluminense: de um projeto adiado à sua consolidação institucional*. Rio de Janeiro: Comissão Editorial da Universidade Federal Fluminense.

9. ANEXOS

9.1. QUADRO DE ARRANJO DO FUNDO DA FFF



Legenda:

FFF: Faculdade Fluminense de Filosofia
SCM: Sociedade Cooperativa Mantenedora
CTA: Conselho Técnico Administrativo
CONG: Congregação
DIR: Direção
TES: Tesouraria
PES: Pessoal
SEC: Secretaria
LCL: Letras Clássicas
LNEO: Letras Neolatinas
LAG: Letras Anglo-germânicas
PED: Pedagogia
GEO: Geografia
HIS: História
GEO&HIS: Geografia e História
SOC: Sociologia
MAT: Matemática
DID: Didática
OED: Orientação Educacional
ALU: Alunos
DAOV: Diretório Acadêmico Oliveira Vianna
AEA: Associação dos Ex-alunos
ADE: Aliança Democrática Estudantil

9.2. INVENTÁRIO SUMÁRIO DO FUNDO DA FFF

Série: Sociedade Cooperativa Mantenedora									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data-limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depósito</i>	<i>Estante</i>	<i>Prateleira</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/SCM	Acordo	1957-1958	01	01			01	01	Firmado entre a SCM E o Gov. E. RJ
FFF/SCM	Associados - Lista	1946-1954	05	01			02	10	Alguns documentos aparecem sem data (s/d)
FFF/SCM	Ata – AGO	1948-1960	12	01			01	04	
FFF/SCM	Ata – CA	1953-1961	03	01			01	03	
FFF/SCM	Ata – CF	1951-1960	07	01			01	02	
FFF/SCM	Balancetes	1946-1960	185	01	07	06	01	05-07	O ano 1946 mostra Apenas o mês 12
FFF/SCM	B. Contábil	1960	01	01	07	06			Ver também série C.T.A.
FFF/SCM	Certificado Admissão	1950	01	01			02	01	Firmado entre a SCM E a SEC RJ
FFF/SCM	Convênio	1947	01	01			02	02	Circulares, ofícios e Telegramas recebidos
FFF/SCM	Correspondência	1947-1960 e s/d	48	01			02	03-07	
FFF/SCM	Demonstração De Aplicação	1947-1960	09	01			02	08	
FFF/SCM	Demonstração De Conta	1948	01	01	07	06			Consta no encadernamento Com o título Relatório Do 1º e 2º semestre
FFF/SCM	Extrato dos Estatutos	s/d	01	01			02	09	
FFF/SCM	Livro de Ata Da reunião	1953-1961	01	01					Consta no depósito 02
FFF/SCM	Parecer do C. Fiscal	1948-1949	02	01				11	
FFF/SCM	Recibo de Pagamento	1957-1960	02	01				12	
FFF/SCM	Registro da SCM	1947-1954	03	01				13	Na Sec. De agricultura e Comércio
FFF/SCM	Relatório de Atividades	1947-1960	13	01				14 e 15	Pelas Diretorias Executivas

Série: Conselho Técnico Administrativo									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depós.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/CTA	Alterações na Administração	1960	01	01	08	06			Consta na encadernação o título Relatório do 2º Semestre
FFF/CTA	Ata de Reunião	1947-1966	90	01	07 e 08	06	01	02 e 03	Consta na encadernação o título Relatórios do 1º e 2º Semestre
FFF/CTA	Corpo Docente – Modificação	1951	01	01	07	06			Consta na encadernação o título Relatório do 2º Semestre
FFF/CTA	Correspondência	1948-1958	12	01			01	01	Ofícios expedidos e alguns documentos s/d
FFF/CTA	Livro de Ata De Reunião	1947-1966	02	01					No depósito 02 por não se tratar de Dossiê
FFF/CTA	Parecer	1948-1951	03	01		06	01	04	Pedido para realização de concurso de habilitação

Série: Congregação										
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>	
FFF/ CONG	Ata de Reunião	1947- 1959	09	01		07 e 08	06	01	05	Consta na encadernação o título Relatórios do 1º e 2º Semestre. Consta também a 1ª, 2ª, 3ª e 5ª reuniões
FFF/ CONG	Livro de ata de reunião	1947- 1965	01	01						No depósito 02 por não se tratar de Dossiê

Grupo: Tesouraria										
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>	
FFF/ TES	Balancete	1949	01	01						Consta na encadernação o título Relatórios do 1º e 2º Semestre.
FFF/ TES	Balanço Geral	1947- 1956	02	01			03	10		Consta na encadernação o título Relatórios do 1º e 2º Semestre.
FFF/ TES	Caderno de Despesas	1947- 1950	01	01			01	02		
FFF/ TEC	Capacidade Financeira - Informações	s/d	01	01			03	10		
FFF/ TES	Contribuição - IAPC	1948- 1960	02	01			04	01		
FFF/ TES	Equipamentos – Adquiridos por conta de verba de acordo	1956	01	01						Acordo firmado pela FFF e a Diretoria do Ensino Superior
FFF/ TES	Nota fiscal	1949	01	01			04	12		
FFF/ TES	Nota Promissória	1948	02	01			04	12		
FFF/ TES	Proposta orçamentária / Prestação de contas	1950- 1960	29	01			04	11		
FFF/ TES	Recibo de pagamento	1947- 1960	05	01			04	12		
FFF/ TES	Subvenção do Governo Federal	1948- 1960	03	01						
FFF/ TES	Verba – Plano de Aplicação solicitada para obra	s/d	01	01			03	10		Consta na encadernação Com o título Relatório Do 1º e 2º semestre

Grupo: Pessoal										
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>	
FFF/ PES	Alterações da Administração	1948- 1949	02	01						Consta na encadernação o título Relatórios do 2º Semestre.
FFF/ PES	Contratação - Professores	1947- 1962	188	01			03	11		Abaixo assinado de professores contratados que pedem o cancelamento de suas inscrições e seus débitos levantados
FFF/ PES	Curriculum Vitae	1948- 1950	03	01						
FFF/ PES	Declaração – Comprovação de trabalho	1949- 1950	02	01			04	09		Atestando que são Servidores Federais do IBGE
FFF/ PES	Designação de Professores	1955	02	01			04	09		Para ministrar cursos durante período de férias
FFF/ PES	Docentes – relação de professores e cadeiras	1950- 1960	03	01			04	08		
FFF/ PES	Folha de Pagamento	1947- 1962	149	01			04	03-07		Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ PES	Licença- Maternidade	1952- 1954	02	01			04	09		
FFF/ PES	Relação de empregados	1957- 1958	01	01			05	10		Alguns documentos aparecem s/d

FFF/ PES	Remuneração - Docente	1950	01	01					
FFF/ PES	Solicitação de certificado	1951	02	01			04	09	
FFF/ PES	Verba – Plano de Aplicação	s/d	01	01			03	10	

Grupo: Secretaria									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ SEC	Alunos – admitidos gratuitamente	1953- 1960	06	01					
FFF/ SEC	Alunos – dependentes nos cursos	1956- 1960	03	01				11	
FFF/ SEC	Alunos - licenciados	1950- 1960	09	01			03	16	
FFF/ SEC	Alunos – matriculados nos cursos	1950- 1960	09	01					
FFF/ SEC	Alunos – notas por disciplina	1953	01	01			01	03	
FFF/ SEC	Alunos – relação para a prova de 2ª chamada	1949	01	01					
FFF/ SEC	Aniversário da Faculdade	1956	01	01			01	04	9º aniversário da FFF
FFF/ PES	Biblioteca – Catálogo Geral	1948- 1954	04	01			01	07	
FFF/ SEC	Biblioteca – Relatório das Consultas	1947- 1953	11	01					
FFF/ SEC	Biblioteca – Relatório do Semestre	1947- 1960	23	01					
FFF/ SEC	Bolsas de Estudo	1955- 1959	10	01			01	08	Intercâmbio de informações
FFF/ SEC	Colação de Grau	1954	01	01			01	05	Discurso – 17/12/1954
FFF/ SEC	Concurso de Habilitação	1947- 1960	13	01			03	22	
FFF/ SEC	Convênio	1949	01	01			03	01	Firmado entre a FFF e a Sec. de Ed. e Cult.
FFF/ SEC	Convites	1948- 1957	11	01			03	02	Expedidos pela FFF
FFF/ SEC	Correspondência	1941- 1960	720	01					Expedidas e recebidas. Algumas aparecem s/d
FFF/ SEC	Cursos – Extensão e Aperfeiçoamento	1954- 1957	10	01			03	03	
FFF/ SEC	Cursos – Reconhecimento e Autorização para Funcionamento	1947- 1954	16	01			03	04	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ SEC	Diploma – Autorização para Impressão	1954- 1955	01	01			01	06	
FFF/ SEC	Diploma – Extensão Universitária	1955- 1958	53	01			03	05	
FFF/ SEC	Discentes - atividades	1948- 1960	20	01					
FFF/ SEC	Docentes - atividades	1948- 1960	34	01					
FFF/ SEC	Equipamentos	1953	01	01					Adquiridos com a verba do acordo firmado com o MEC
FFF/ SEC	Estatística – Cursos	1960	06	01			03	07	

FFF/ SEC	Estatística de alunos matriculados - Cursos	1952	01	01					
FFF/ SEC	Estatística de aprovação - cursos	1952	01	01					
FFF/ SEC	Estatística de frequência - Cursos	1949	01	01					
FFF/ SEC	Guia de transferência	1948-1960	12	01					
FFF/ SEC	Histórico escolar	1950-1951	02	01					
FFF/ SEC	Histórico FFF	s/d	01	01			03	06	
FFF/ SEC	Horário de provas	1950	02	01					
FFF/ SEC	Inspetor Federal - Relatório	1947-1960	15	01			03	23	
FFF/ SEC	Livro de Atas dos Exames – Concurso de Habilitação	1947-1950	01	01					
FFF/ SEC	Livro de Histórico Escolar	1947-1949	01	01					
FFF/ SEC	Livro de recorte de Jornais – Clipping	1947-1966	02	01					Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ SEC	Livro de termo de visita – Inspetor Federal	1947-1962	04	01					
FFF/ SEC	Locais de funcionamento	1953-1960	02	01			03	08	Consta na encadernação o título Relatórios do 2º Semestre.
FFF/ SEC	Mapa de aulas - cursos	1949-1960	16	01					Abaixo assinado de professores contratados que pedem o cancelamento de suas inscrições e seus débitos levantados
FFF/ SEC	Mapa estatístico - cursos	1948-1960	10	01					
FFF/ SEC	Mapa geral de notas - cursos	1949-1960	02	01			01	01 e 02	Atestando que são Servidores Federais do IBGE
FFF/ SEC	Matéria de estágio - cursos	1955-1959	05	01					Para ministrar cursos durante período de férias
FFF/ SEC	Parecer	1947-1958	03	01			03	09	
FFF/ SEC	Portaria	1952	11	01			03	10	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ SEC	Programa de curso	1957	01	01			03	11	Curso de extensão – Sociologia do conhecimento
FFF/ SEC	Programa de prova	1949-1956	03	01			03	17	

FFF/ SEC	Quadro geral de alunos matriculados - Cursos	1950-1951	02	01					
FFF/ SEC	Quadro geral de matrículas - cursos	1948-1952	03	01					
FFF/ SEC	Regimento interno	1954	03	01			03	12	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ SEC	Regimento provisório – Instituto de Pesquisa	1952	01	01			03	13	
FFF/ SEC	Registro de diploma	1955-1960	37	01			03	15	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ SEC	Registro de Títulos e documentos	1955, 1957 e 1960	05	01			03	14	
FFF/ SEC	Relatório apresentado pela FFF ao Conselho regional de Educação	1953	01	01			03	18	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ SEC	Relatório – Inspetor Federal	1947-1956	16	01					
FFF/ SEC	Relatório – Pedido de autorização para funcionamento da FFF	1947	01	01			03	19	
FFF/ SEC	Relatório – pedido de funcionamento de cursos	1949	01	01			03	20	
FFF/ SEC	Relatório de atividades	1949	01	01					
FFF/ SEC	Resultado de prova	1948-1956	11	01					
FFF/ SEC	Subvenção do Governo Federal	1958	01	01			03	21	
FFF/ SEC	Termo de visita do Inspetor Federal	1947-1960	19	01					

Sub-Grupo: Letras Clássicas									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ LCL	Alunos - Dependentes	1957	01	02	08				
FFF/ LCL	Alunos - Licenciados	1957	01	02	08				
FFF/ LCL	Alunos - Matriculados	1950-1957	02	02	07 e 08				
FFF/ LCL	Assuntos de Estágio	1953	01	02	07				
FFF/ LCL	Ata de exame oral	1951-1960	17	02	07 e 08				
FFF/ LCL	Boletim de frequência e estágio	1948-1960	27	02	07 e 08	06			
FFF/ LCL	Estágios realizados	1960	01	02	08	06			
FFF/ LCL	Ficha de frequência	1948-1960	03	01			01	01-03	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ LCL	Mapa de aulas	1948-1960	11	02	07 e 08				
FFF/ LCL	Mapa geral de notas	1948-1960	13	02	07 e 08				

FFF/ LCL	Matéria de estágio	1949- 1960	08	02	07 e 08				
FFF/ LCL	Programa de curso	1948- 1960	30	02	07 e 08	06			
FFF/ LCL	Programa de prova	1948- 1960	39	02	07 e 08				
FFF/ LCL	Resultado de prova	1957- 1960	04	02	08				
FFF/ LCL	Trabalhos de estágio e seminários	1948- 1953	04	02	07				

Sub-Grupo: Letras Neolatinas									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ LNEO	Alunos - Licenciados	1957	01	02	08	06			
FFF/ LNEO	Alunos - Matriculados	1947- 1957	04	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Assuntos de Estágio	1950- 1953	03	02	07	06			
FFF/ LNEO	Ata de exame oral	1951- 1960	17	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Boletim de frequência e estágio	1947- 1960	33	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Estágios realizados	1960	01	02	08	06			
FFF/ LNEO	Ficha de frequência	1947- 1960	04	01			01 e 02	01-03 e 01	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ LNEO	Horário de Provas	1949	01	02	07	06			
FFF/ LNEO	Mapa de aulas	1947- 1960	13	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Mapa de Prova	1947	01	02	07	06			
FFF/ LNEO	Mapa estatístico	1947	01	02	07	06			
FFF/ LNEO	Mapa Geral de Notas	1947- 1960	14	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Matéria de Estágio	1949- 1960	08	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Programa de Curso	1947- 1960	40	01 e 02	07 e 08	06	02	02	
FFF/ LNEO	Programa de Prova	1947- 1960	52	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Resultado de Prova	1948- 1960	08	02	07 e 08	06			
FFF/ LNEO	Trabalhos de estágio e seminários	1947- 1953	06	02	07	06			

Sub-Grupo: Letras Anglo-Germânicas									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ LAG	Alunos - Dependentes	1957	01	02	08	06			
FFF/ LAG	Alunos - Licenciados	1957	01	02	08	06			
FFF/ LAG	Alunos Matriculados	1950- 1957	02	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Assuntos de Estágio	1950- 1953	02	02	07	06			
FFF/ LAG	Ata de Exame Oral	1951- 1960	16	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Boletim de Frequência e Estágio	1949- 1960	26	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Estágios realizados	1960	01	02	08	06			

FFF/ LAG	Ficha de frequência	1949-1960	04	01			01	01-04	Alguns documentos aparecem s/d
FFF/ LAG	Mapa de aulas	1949-1960	10	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Mapa geral de notas	1950-1960	11	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Matéria de estágio	1949-1960	08	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Programa de curso	1949-1960	29	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Programa de prova	1949-1960	40	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Resultado de prova	1949-1960	06	02	07 e 08	06			
FFF/ LAG	Trabalhos de estágio e seminários	1953	01	02	07	06			

Sub-Grupo: Pedagogia									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ PED	Alunos - Dependentes	1957	01	02	08	06			
FFF/ PED	Alunos - Licenciados	1957	01	02	08	06			
FFF/ PED	Alunos Matriculados	1947-1957	04	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Assuntos de Estágio	1950-1953	02	02	07	06			
FFF/ PED	Ata de Exame Oral	1948-1960	19	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Boletim de Frequência e Estágio	1947-1960	28	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Boletim de Prova	1948-1950	05	02	07	06			
FFF/ PED	Estágios Realizados	1960	01	02	08	06			
FFF/ PED	Ficha de Frequência	1947-1960	04	01			01	01-04	
FFF/ PED	Mapa de Aula	1947-1960	15	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Mapa de Prova	1947	01	02	07	06			
FFF/ PED	Mapa Estatístico	1947	01	02	07	06			
FFF/ PED	Mapa Geral de Notas	1947-1960	15	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Matéria de Estágio	1949-1960	08	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Material de Ensino	1948	01	02	07	06			
FFF/ PED	Programa de Curso	1947-1960	37	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Programa de Prova	1947-1960	46	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Resultado de Prova	1948-1960	08	02	07 e 08	06			
FFF/ PED	Trabalhos de Estágio e Seminários	1947-1953	05	02	07	06			

Sub-Grupo: Geografia									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ GEO	Alunos - Dependentes	1957	01	02	08	06			
FFF/ GEO	Alunos - Matriculados	1957	01	02	08	06			

FFF/ GEO	Ata de Exame Oral	1957- 1960	07	02	08	06			
FFF/ GEO	Boletim de Freqüência e Estágio	1947- 1960	09	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO	Correspondência	1955	02	01			01	02	
FFF/ GEO	Estágios Realizados	1960	01	02	08	06			
FFF/ GEO	Ficha de Freqüência	1957- 1960	01	01			01	01	
FFF/ GEO	Mapa de Aula	1957- 1960	04	02	08	06			
FFF/ GEO	Mapa Geral de Notas	1957- 1960	04	02	08	06	01	01-04	
FFF/ GEO	Matéria de Estágio	1957- 1960	04	02	08	06			
FFF/ GEO	Programa de Curso	1947- 1959	11	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO	Programa de Prova	1947- 1960	16	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO	Relatório de Atividades	1947- 1960	03	01			01	03	
FFF/ GEO	Resultado de Prova	1957- 1960	04	02	08	06			

Sub-Grupo: História									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ HIS	Alunos - Dependentes	1957	01	02	08	06			
FFF/ HIS	Alunos - Matriculados	1957	01	02	08	06			
FFF/ HIS	Ata de Exame Oral	1957- 1960	07	02	08	06			
FFF/ HIS	Boletim de Freqüência e Estágio	1957- 1960	08	02	08	06			
FFF/ HIS	Estágios Realizados	1960	01	02	08	06			
FFF/ HIS	Ficha de Freqüência	1957- 1960	01	01			01	01	
FFF/ HIS	Mapa de Aula	1957- 1960	04	02	08	06			
FFF/ HIS	Mapa Geral de Notas	1957- 1960	04	02	08	06			
FFF/ HIS	Matéria de Estágio	1957- 1960	04	02	08	06			
FFF/ HIS	Programa de Curso	1947- 1960	14	02	07 e 08	06			
FFF/ HIS	Programa de Prova	1947- 1960	17	02	07 e 08	06			
FFF/ HIS	Resultado de Prova	1957- 1960	04	02	08	06			

Sub-Grupo: Geografia & História									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ GEO&H IS	Alunos - Licenciados	1957	01	02	08	06			
FFF/ GEO&H IS	Alunos - Matriculados	1947- 1957	05	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Assuntos de Estágio	1950- 1953	02	02	07	06			

FFF/ GEO&H IS	Ata de Exame Oral	1948- 1960	18	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Boletim de Frequência e Estágio	1947- 1960	27	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Boletim de Prova	1948- 1950	05	01	07	06			
FFF/ GEO&H IS	Ficha de Frequência	1947- 1958	04	02			01	01-04	
FFF/ GEO&H IS	Mapa de Aulas	1947- 1958	11	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Mapa Estatístico	1947	01	02	07	06			
FFF/ GEO&H IS	Mapa Geral de Notas	1947- 1958	12	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Matéria de Estágio	1949- 1957	05	02	07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Programa de Curso	1947- 1959	35		07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Programa de Prova	1947- 1960	44		07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Resultado de Prova	1948- 1958	05		07 e 08	06			
FFF/ GEO&H IS	Seminários Realizados	1947	01		07	06			
FFF/GE O&HIS	Trabalhos de Estágio	1947- 1953	05	02	07	06			

Sub-Grupo: Sociologia

<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ SOC	Ficha de Frequência	1951	01	01			01	01	
FFF/ SOC	Programa de Curso	1947- 1951	02	02	07	06			
FFF/ SOC	Programa de Prova	1947	01	02	07	06			

Sub-Grupo: Matemática

<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ MAT	Alunos - Dependentes	1957	01	02	08	06			
FFF/ MAT	Alunos - Licenciados	1957	01	02	08	06			
FFF/ MAT	Alunos - Matriculados	1949- 1957	07	01 e 02	07 e 08	06	01	04	
FFF/ MAT	Assuntos de Estágio	1950- 1953	02	02	07	06			
FFF/ MAT	Ata de Exame Oral	1951- 1960	18	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Boletim de Frequência e Estágio	1949- 1960	25	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Boletim de Prova	1949- 1950	02	02	07	06			
FFF/ MAT	Correspondênci a	1955	01	01			01	05	

FFF/ MAT	Estágios Realizados	1960	01	02	08	06			
FFF/ MAT	Ficha de Frequência	1949-1960	03	01			01	01-03	
FFF/ MAT	Mapa de Aulas	1949-1960	11	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Mapa Geral de Notas	1949-1960	11	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Matéria de Estágio	1949-1960	08	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Programa de Curso	1949-1960	30	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Programa de Prova	1949-1960	39	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Resultado de Prova	1949-1960	05	02	07 e 08	06			
FFF/ MAT	Trabalhos, Estágio e Seminários	1949-1953	03	02	07	06			

Sub-Grupo: Didática									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ DID	Alunos - Licenciados	1955-1956	02	02	07	06			
FFF/ DID	Alunos - Matriculados	1950-1957	02	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Assuntos de Estágio	1953	01	02	07	06			
FFF/ DID	Ata de Exame Oral	1951-1960	18	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Boletim de Frequência e Estágio	1950-1960	21	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Diário de Classe	1956	01	02	07	06			
FFF/ DID	Estágios Realizados	1960	01	02	08	06			
FFF/ DID	Ficha de Frequência	1950-1960	02	01			01	02-03	
FFF/ DID	Mapa de Aulas	1950-1960	08	02	08	06			
FFF/ DID	Mapa Geral de Notas	1950-1960	11	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Matéria de Estágio	1950-1960	07	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Programa de Curso	1950-1960	27	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Programa de Prova	1950-1960	37	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Prova Objetiva	1953-1958	02	02	07 e 08	06			
FFF/ DID	Resultado de Prova	1957-1960	04	02	08	06			
FFF/ DID	Sugestões Pedagógicas	1954	01	01			01	01	
FFF/ DID	Trabalhos de Estágio e Seminários	1950	01	02	07	06			

Sub-Grupo: Orientação Educacional									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ OED	Ficha de Frequência	1959	01	01			01	01	
FFF/ OED	Programa de Curso	1947	01	02	07	06			
FFF/ OED	Programa de Prova	1947-1959	01	02	07 e 08	06			

Seção: Diretório Acadêmico Oliveira Vianna									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/DAOV	Ata de Reunião	1960	15	01 e 02	08	06	01	01	
FFF/DAOV	Boletim Informativo	s/d	01	01			01	03	
FFF/DAOV	Correspondência	1947-1960	86	01			01	04 e 05	
FFF/DAOV	Curso de Extensão	1956-1957	01	01			01	06	Semana Cultural Oliveira Vianna
FFF/DAOV	Eleição	1956	06	01			01	07	
FFF/DAOV	Jornal “O Daviano”	s/d	02	01			01	08	Constam os números 1 e 2 do ano 1
FFF/DAOV	Relatório de Atividades	1948-1960	12	01 e 02	07	06	01	09	
FFF/DAOV	Relatório de Reunião	1950-1952	04	02	07	06	01		
FFF/DAOV	Verba – Solicitação de Pedido	1950-1960	62	01			01	02	

Seção: Associação dos Ex-Alunos									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/AEA	Correspondência	1956-1960	16	01			01	01	Expedida e Recebida
FFF/AEA	Curso de Aperfeiçoamento	1957	06	01			01		
FFF/AEA	Regulamento Provisório	1956	01	01			01		Para reger os trabalhos da instalação da Associação

Seção: Aliança Democrática Estudantil									
<i>Cód.</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Data – Limite</i>	<i>Quant.</i>	<i>Depó.</i>	<i>Est.</i>	<i>Pra.</i>	<i>Caixa</i>	<i>Dossiê</i>	<i>Observação</i>
FFF/ADE	Correspondência	1950-1951 e 1966	04	01			01 e 02	01	Constam ofícios expedidos